

APRECIÇÃO GERAL DO PLANO SECTORIAL DA REDE NATURA 2000

Na sequência da análise dos documentos disponíveis para consulta pública sobre o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, cumpre-nos tecer os seguintes comentários, divididos por quatro capítulos:

- I. RELATÓRIO
- II. FICHAS DE ESPÉCIES
 - A. AVES
 - B. MAMÍFEROS
- III. REDE NATURA
 - A. SÍTIOS
 - B. ZPES

I. RELATÓRIO

Em termos gerais, o CEAI – Centro de Estudos da Avifauna Ibérica e o CARNÍVORA - Núcleo de Estudos de Carnívoros e seus Ecossistemas consideram positivo a referência no Plano aos seguintes aspectos:

1. A necessidade de **articulação** entre a política de conservação e a política de desenvolvimento rural como uma questão estratégica em matéria de conservação da biodiversidade, assim como a articulação com os demais instrumentos de gestão territorial. O CEAI e o CARNÍVORA consideram que é imprescindível que todos os esforços sejam desenvolvidos neste sentido e que o Estado Português assuma esta questão como transversal a todos os ministérios; caso contrário, qualquer plano de conservação ficará votado ao fracasso, não passando de um conjunto de intenções.

2. A criação de uma **Comissão de Acompanhamento e Avaliação**. Considera-se imprescindível a existência e o funcionamento adequado desta Comissão, para assegurar um processo contínuo de acompanhamento e avaliação da implementação do Plano Sectorial. No entanto, é de referir que não são mencionados aspectos da implementação desta comissão, tais como a calendarização e carácter vinculativo.

3. A necessidade de realizar **acções de informação e de sensibilização**. O CEAI e o CARNÍVORA concordam na íntegra com a importância deste tipo de acções, nomeadamente como contributo para a redução das ameaças que se fazem sentir sobre os valores naturais. No entanto, e mais uma vez, não é explícito como, quando e por quem serão estas acções serão desenvolvidas.

Da análise dos documentos disponíveis, o CEAI e o CARNÍVORA, consideram que os principais problemas identificados neste Plano são os seguintes:

1. Falta de informação

A informação sobre os valores naturais para os diferentes grupos de fauna, é muito pouco precisa e incompleta, especialmente em termos de localizações mais concretas. É assim fundamental promover

estudos para saber a localização dos valores naturais de forma a garantir uma correcta gestão da Rede Natura 2000 (RN2000). A cartografia de espécies em quadrículas de 10x10km impede a aplicação de medidas de gestão adequadas às diferentes espécies.

2. Cartografia inadequada

A cartografia, apresentada à escala 1/100.000, é extremamente inadequada, consistindo, na generalidade dos casos, em listagens incompletas. Dado que a cartografia foi apresentada à escala 1/100.000 não é possível, nem aconselhável, que esta sirva de base da aplicação das medidas de gestão para a Rede Natura 2000. O próprio Plano refere que a indisponibilidade de uma cartografia de uso do solo de boa qualidade, actualizada e em formato digital constitui uma barreira significativa à verificação da adequação das orientações de gestão à realidade local.

A indicação no próprio Plano de que, sempre que se torne necessário utilizar informação de base diversa daquela que consta no PSRN2000, o ICN deverá proceder à validação da mesma, não permite ter confiança de que as decisões de gestão possam ser substanciadas em cartografia adequada.

3. Caracterização da flora insuficiente

Muito à semelhança do que acontece na cartografia dos habitats, o grau de pormenor não é o ideal e o próprio plano admite que a informação apresentada refere-se a registos pontuais e não a levantamentos sistemáticos da área da distribuição das espécies. Existem ainda discrepâncias em função da informação disponível sobre cada uma das espécies e habitats.

4. Orientações de gestão pouco definidas

No que se refere às orientações de gestão apresentadas, considera-se que a grande maioria apresenta um carácter geral, quando deveriam ser definidas medidas concretas, condições, localização e prazos para a sua implementação. Tal como estão apresentadas estas medidas, traduzem-se num conjunto de intenções, sem especificações de metodologias de implementação.

Por outro lado, não há qualquer indicação sobre as entidades competentes pela gestão de cada uma das áreas de RN2000. Sabendo-se que, actualmente, as Áreas Protegidas são responsáveis pela gestão de áreas de RN2000 da sua proximidade, e tendo em conta a situação precária em estas Áreas Protegidas se encontram pela escassez de recursos técnicos, financeiros e logísticos, estão questão assume uma particular preocupação que não vê uma solução neste Plano.

5. Ausência de estratégia para a elaboração de Planos de Acção para espécies ou habitats

Apesar de referido no texto essa intenção, não existe uma estratégia para a execução de Planos de Acção orientados para espécies ou habitats, nem em termos de prioridades, nem em termos de calendarização. A elaboração destes Planos é fundamental para a aplicação de estratégias globais de espécies, e esta situação assume uma importância acrescida pelo facto de existir apenas um Plano de Conservação de espécies em Portugal (Lince-ibérico), o qual ainda não se encontra devidamente aprovado pelo Ministério do Ambiente.

6. Desresponsabilização do ICN face aos Planos Directores Municipais

É preocupante a afirmação de que uma forma de colmatar o conjunto de lacunas identificadas, seja na cartografia de base, seja no resultado final da cartografia das orientações de gestão, seja através do desenvolvimento da segunda geração de Planos Directores Municipais. Apesar de estes Planos poderem ter como base informação mais recente e de maior detalhe, nomeadamente no que diz respeito ao uso actual do solo, só por si não garante que tenham capacidade de validar a informação sobre a presença de valores naturais.

7. Plano de financiamento para a gestão das áreas de Rede Natura 2000 pouco definido

A determinação das fontes e montantes de financiamento da Rede Natura 2000 (RN2000) com vista à planificação global dos investimentos nesta área, deverá ser enquadrada no contexto das Perspectivas Financeiras 2007-2013 e será efectuada em processos paralelos ao da elaboração deste Plano, à escala nacional e com o detalhe adequado a cada área classificada.

São descritos como principais hipóteses de financiamento da RN2000, para o período 2007-2013, os Fundos Estruturais (FEDER), Fundo de Coesão (FC), Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER) e Fundo Europeu das Pescas (FEP), bem como ainda eventualmente o Fundo Social Europeu e o Fundo Europeu para a Cooperação Transfronteiriça.

No entanto, todos os instrumentos financeiros comunitários para a área do ambiente serão concentrados a partir de 2007 no futuro Instrumento Financeiro para o Ambiente (LIFE+). Fazer depender deste Instrumento a maior parte dos fundos para a RN2000 é pôr em perigo projectos de conservação de espécies especialmente no caso português, onde grande parte dos projectos efectivos têm sido baseados neste programa.

Por outro lado, encaramos com bastante preocupação, o facto de não existir qualquer menção ao financiamento por parte do Estado Português. Sabendo que todos os financiamentos comunitários pressupõem uma percentagem de comparticipação nacional, coloca-se a questão de quem vai assegurar a comparticipação nacional necessária à preservação da RN2000. Ainda que o sector privado tenha um papel importantíssimo neste campo, julgamos que também o Estado Português deverá assumir a sua quota-parte de responsabilidade, contribuindo com parte significativa da comparticipação nacional.

Ainda sobre esta questão, preocupa-nos o facto da preservação do património natural classificado no âmbito da RN2000, estar exclusivamente dependente de ajudas comunitárias, não se vislumbrando alternativas ao financiamento quando estas ajudas cessarem.

8. Situação precária do ICN

O ICN é o organismo responsável pela classificação das ZPE e Lista Nacional de Sítios (Sítios) em Portugal. Este organismo não será capaz de implementar qualquer política de conservação da natureza em Portugal enquanto os seus recursos financeiros, técnicos e logísticos continuarem na situação precária em que se encontram actualmente. Mais uma vez, consideramos imprescindível que o Estado Português,

nomeadamente através do Ministério do Ambiente, assuma a sua responsabilidade na preservação dos valores naturais.

II. FICHAS DE ESPÉCIES

As fichas de espécie constituem um importante instrumento de conservação, mencionando as principais ameaças e seguidamente as medidas de conservação (orientações de gestão), convergindo com os objectivos dos planos de acções de conservação para as espécies em Portugal.

Estes documentos são uma base de trabalho importante permitindo a concertação das acções de conservação das espécies. Neste sentido, as Associações consideram positiva a existência destas fichas, assim como a sua estrutura, devendo as mesmas ser posteriormente estendidas a outras espécies não contempladas neste Plano Sectorial da Rede Natura 2000.

De seguida são analisadas algumas fichas de caracterização ecológica e de gestão de FAUNA que têm sido alvo de projectos desenvolvidos pelas associações CEAI e CARNÍVORA, ou são de maior interesse para as mesmas, nomeadamente de espécies de aves e mamíferos.

A. MAMÍFEROS

Toupeira-de-água *Galemys pyrenaicus*

A ficha do Plano Sectorial da Rede Natura 2000, referente à toupeira-de-água, *Galemys pyrenaicus*, pareceu-nos bastante completa e abrangente, nomeadamente no que diz respeito aos principais pontos importantes para a conservação desta espécie em Portugal. É apenas de referir algumas questões menos claras no capítulo das ameaças e gestão da conservação desta espécie que devem ser corrigidas.

Nesta ficha é feita uma descrição actualizada da área distribuição tanto a nível nacional como internacional, sendo referida a elevada fragmentação desta distribuição, que vem sendo agravada pela regressão populacional observada nos últimos anos em praticamente toda a sua área.

São também referidos os valores de densidades populacionais desta espécie, considerados baixos (3-6 indivíduos/km de rio), sendo alertado o facto destes valores terem sido obtidos em áreas e/ou rios cujos habitats eram muito favoráveis para a espécie. Assim sendo, e devido à falta de trabalhos em áreas menos favoráveis, que vão sendo cada vez mais abundantes, é expectável que as densidades sejam ainda inferiores, estando muito provavelmente o valor da estimativa a nível nacional (10.000 indivíduos) sobrevalorizado. Esta possível sobrevalorização não é muito clara no início do texto quando estes valores são mencionados, e por isso consideramos que talvez fosse importante dar mais ênfase a esta sobrevalorização, dado que estes valores são os únicos existentes para Portugal e são uma das principais bases para estudos que visem a conservação desta espécie.

Os requisitos ecológicos da espécie estão bem enumerados, e concordamos com a listagem de ameaças inventariadas, bem como com as medidas propostas para a sua resolução. Alertamos apenas para alguns pontos que não são claros ou podem ter interpretação dúbia no texto.

No que diz respeito ao texto da ameaça “construção de barragens”, no final refere-se que no caso da implementação de empreendimentos de pequena dimensão estes poderão ser “compatibilizados com a conservação da espécie”. Compreendemos o que se quer dizer mas consideramos que esta frase pode ser perigosa, uma vez que poderá ser interpretada como um apelo à conservação da Toupeira-de-água através deste tipo de empreendimentos, mais ainda se tivermos em conta o crescente desejo de construção de empreendimentos hidro-eléctricos por parte das autarquias e dos próprios locais. Sugerimos a alteração desta frase para algo que indique o impacte menos negativo dos empreendimentos de pequena dimensão nas populações de Toupeira-de-água, referindo que a construção destes, desde que sejam implementadas medidas adequadas para a espécie, permite a permanência dos animais no local de implementação.

É mencionada a revisão da legislação da pesca de forma a adaptá-la às necessidades da conservação da Toupeira-de-água, sendo referida a limitação ou interdição da montagem de redes durante o período nocturno. Deveria ser acrescentada a razão desta limitação, isto é, porque este é o período de maior actividade desta espécie.

Fala-se em condicionar, ou mesmo interditar nas áreas mais sensíveis, a realização de intervenções nas margens e leito dos cursos de água durante o período de reprodução da espécie. Não é claro o que são consideradas as áreas mais sensíveis. Serão os SIC's Galemys? Deveria ser explicado o que se quer dizer com “áreas mais sensíveis” de modo a ficar claro e facilitar a aplicação destas interdições nos devidos locais.

Por fim propõe-se a promoção de estudos sobre a espécie. Além dos estudos descritos consideramos ainda importante a realização de estudos de modo a aferir densidades de Toupeira-de-água também em locais cujo habitat seja sub-ótimo (isto é habitats menos favoráveis à ocorrência da espécie). Seria assim possível obter estimativas de densidades ao nível nacional mais próximas da realidade, dado que cada vez mais estes locais vão sendo os mais abundantes em detrimento dos habitats óptimos. Mais ainda propõe-se uma monitorização desta espécie simultânea com uma monitorização da qualidade da água dos locais prospectados afim de se averiguar quais efectivamente os parâmetros de qualidade de água que podem estar a limitar a presença da espécie e que devem ser considerados aquando da realização da rede de monitorização de qualidade de água. Uma vez mais no texto não está claro quais os parâmetros a ter em conta especificamente para a Toupeira-de-água.

No texto é referido várias vezes “Quaresma não publicado”, sendo que há a referencia a outros trabalhos não publicados (ex. Gisbert et al.). Contudo à excepção de Quaresma todos os outros vêm referidos na bibliografia. Assim, não é perceptível se “Quaresma não publicado” são dados não publicados e se assim for deveria ser referido como tal ou se este é um trabalho já feito mas ainda não publicado, e então há semelhança dos restantes também este deveria ser referido na bibliografia. Não encontramos no texto nenhuma referência a “EC & EEA” nem a “Quaresma CM e Queiroz AI 1997” pelo que estes devem ser

retirados da listagem da bibliografia final. Pelo contrário a referência “Blanco JC & González JL (eds.) 1992”, encontra-se na primeira página do texto na descrição do estatuto de conservação da espécie mas não existe na bibliografia.

Roaz *Tursiops truncatus*

No que diz respeito à ficha do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 do *Tursiops truncatus* Roaz, referente à tendência populacional é afirmado que não existem dados que permitam inferir acerca sobre a sua tendência. Esta classificação resulta se considerarmos as populações relativamente abundantes ao longo da costa portuguesa.

No entanto, e tal como é igualmente afirmado na análise para esta espécie, é conhecido que a população residente no estuário do Sado encontra-se em declínio, uma vez que nas últimas décadas se tem registado uma elevada mortalidade juvenil e conseqüentemente, o envelhecimento da fracção adulta. Dado que esta é a única população residente no estuário do Sado e que apresenta apenas cerca de 30 indivíduos segundo os últimos censos, e que as ameaças descritas nesta ficha se concentram precisamente nesta população estuarina, é importante que esta noção não se perca caso exista uma gestão geral para a espécie em território nacional, dado a sua particularidade.

As ameaças para a população residente de roazes no Estuário do Sado estão bem identificadas, resultado do acompanhamento regular que esta população tem sido alvo, bem como o conhecimento já existente da espécie.

As orientações de gestão propostas parecem-nos adequadas, sendo particularmente importantes no nosso entender o aumento da qualidade da água (a ficha refere a manutenção desta mesma qualidade, mas o termo certo será o aumento da qualidade dado que presentemente esta qualidade não é aceitável), e implementar um sistema de fiscalização da actividade de observação de cetáceos, actividade que poderá a curto prazo se tornar um factor determinante para a regressão da população de roazes.

Uma medida de gestão que consideramos importante implementar e que não aparece muito clara na ficha em análise é a implementação de estudos científicos (juntamente com a monitorização que é proposta). Existem questões científicas por esclarecer e que de certo contribuirão para uma melhor identificação dos actores de ameaça e protecção da espécie (e.g. determinar o verdadeiro impacte de concentrações elevadas de pesticidas nos roazes).

Lontra-europeia *Lutra lutra*

É referido que a lontra em Portugal apresenta uma distribuição generalizada de Norte a Sul do país, e que apresenta ainda a particularidade de utilizar o meio marinho e a faixa costeira do litoral Sudoeste, desde o cabo de Sines à Praia da Luz. Não é no entanto dada suficiente importância à sua presença em estuários e rias, locais onde as ameaças que a sua conservação sofre são diferentes e por isso provavelmente necessárias especificar.

No que diz respeito à tendência populacional é afirmado não se terem verificado alterações significativas na área de distribuição o que é provavelmente correcto embora o último censo Nacional date de 1995, factor que deveria ser referido.

Relativamente à dieta a espécie é descrita como essencialmente piscívora, incluindo no entanto várias outras presas pertencentes a outros grupos, nomeadamente o lagostim-da-Louisiana (*Procambarus clarkii*). Este é classificado como uma presa pouco energética e apenas disponível entre a Primavera e o início do Outono. Embora este possa ser o pico de disponibilidade o que se verifica é que a dieta da lontra em muitos dos rios e ribeiras do Sul, nomeadamente na Bacia do Sado, está muito baseada nesta espécie de presa, que assume uma importância aparentemente fulcral para a persistência da lontra durante todo o ano (Sales-Luís, in prep). É pouco claro se esta dominância está relacionada com uma preferência ou se é um esforço de sobrevivência. No entanto este factor tem com certeza consequências a nível populacional que são desconhecidas e que podem ser nefastas a longo prazo (fitness, sucesso reprodutivo, etc). Além do mais está descrito que o lagostim tem efeitos negativos nos números de alevins de peixe e anfíbios (Cruz & Rebelo, in press), o que poderá estar a ter consequências graves nas disponibilidades destas classes para lontra. Nada disto é referido nem considerado nas ameaças descritas, o que, em nosso entender, é uma omissão importante.

As restantes ameaças para a população estão bem identificadas, resultado do acompanhamento que esta população tem sido alvo, bem como do conhecimento já existente da espécie. No entanto os dados relativos a abundância e densidades em Portugal são praticamente inexistentes e o seu conhecimento poderia influenciar significativamente a importância das ameaças consideradas e ainda as orientações de gestão sugeridas pelo que também este factor deveria ser sublinhado. É assim importante promover estudos que levem ao esclarecimento destas questões.

É referido que o impacte das barragens como potenciais barreiras à circulação da lontra - constituindo um factor de isolamento e fragmentação das populações - não parece muito claro, pois encontram-se vestígios de presença da espécie em praticamente todas. Para sustentar esta afirmação é citado no texto o estudo realizado na barragem da Aguieira (Pedroso 1997) parece mostrar que a lontra divide o seu tempo entre a barragem, onde encontra alimento, e os cursos de água adjacentes, que lhe proporcionam melhores condições de refúgio. Gostaríamos de adicionar que, na mesma temática, existe já um outro estudo (Pedroso 2003; Pedroso et al 2004) onde foram estudadas 12 grandes barragens no Alentejo. Todas as barragens revelaram a utilização por parte da lontra. Concluiu-se que a aparente elevada abundância de lontras em Portugal, ao contrário do verificado da maioria dos restantes países da Europa, promove a ocupação de habitats sub-óptimos, como as grandes barragens, essencialmente devido à elevada disponibilidade de presas e a proximidade de sistemas lóticos com boas condições de refúgio. No entanto, apesar desta capacidade, existem indícios que sugerem que o facto da lontra usar as grandes barragens não é indicador de que a implementação destas estruturas seja benéfico para a espécie, pois o cenário pré-barragem deveria ser mais favorável para a lontra do que a situação pós implementação

As orientações de gestão propostas parecem-nos adequadas, havendo unicamente algumas adições/correcções que no nosso entender as tornariam mais eficazes:

- no aumento da qualidade da água, na imprescindível monitorização do estado ecológico dos cursos de água, principalmente, e tal como referido, em zonas onde predomina a cultura de arroz (Rios Mondego e Sado) e onde incidem águas de escorrência provenientes de explorações mineiras deverá também incluir zonas a jusante de agropecuárias (e.g. suiniculturas) e zonas urbanas (Moreira et al 2005).
- na referência aos ataques regulares a pisciculturas é aconselhado a implementação de dispositivos dissuasores da entrada da espécie. No entanto dos métodos referidos unicamente as redes eléctricas demonstram ser eficazes pelo que desaconselhamos a referência aos outros métodos (projecto FRAP- ver abaixo)

Relativamente a este último assunto, é referida a necessidade de avaliar prejuízos causados nas pisciculturas e a eficácia das medidas preventivas. Embora seja útil a continuação e alargamento deste tipo de estudos, não podemos deixar de referir a existência de um projecto Europeu (FRAP – EVK2-CT-2002-00142) envolvendo vários países, dos quais Portugal faz parte sob a coordenação da prof^a. Margarida Santos Reis da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, e que teve como área de estudo nacional as pisciculturas marinhas do estuário do Sado. A Reserva Natural do Estuário do Sado teve inclusivamente participação activa no processo de reconciliação do conflito entre a lontra e os piscicultores organizado no âmbito deste projecto. O projecto está neste momento a terminar e o seu objectivo foi precisamente avaliar os prejuízos causados pela lontra nas pisciculturas, a eficácia das medidas preventivas e a as abordagens de reconciliação possíveis, pelo que os seus resultados e referência não deveriam ser ignorados na ficha em análise.

Uma medida de gestão que consideramos muito importante é a implementação de estudos científicos. Embora a ecologia da espécie nos pareça estar suficientemente estudada as verdadeiras condições das populações Portuguesas não o estão. Assim concordamos com as prioridades apresentadas, com especial ênfase na dinâmica populacional, no estado de equilíbrio das populações e na alteração da relação predador-presa que parece estar a operar no sul do país. Mais uma vez achamos que não é dado suficiente ênfase a esta questão que pode, juntamente com a seca sofrida no Sul, pôr em causa a subsistência de uma população aparentemente tão saudável e estável. Especificamente a situação de seca extrema tem provavelmente vindo a ter efeitos que não são contabilizáveis face à ausência de dados de abundância e de tamanho de territórios de indivíduos nacionais. Pelo que monitorizar a espécie à escala nacional em intervalos de 5 anos e definir pontos de controle dos efectivos populacionais é imprescindível para uma conservação efectiva.

Finalmente, refira-se que não surge listado na bibliografia a referência citada no texto Pedroso (1997) – Pedroso, N.M. (1997). *A Lontra (Lutra lutra Linnaeus, 1758) na barragem da Aguieira*. Relatório de Estágio Profissionalizante. Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Lisboa.

Fontes:

Cruz M.J.& Rebelo R. in press Vulnerability of Southwest Iberian amphibians to an introduced crayfish, *Procambarus clarkii*. Amphibia-Reptilia.

Moreira I, Saraiva M.G. & Correia (2005). Gestão ambiental de sistemas fluviais: aplicação à bacia hidrográfica do rio Sado. In press. Lisboa.

Pedroso N. M. (2003). Implicações Ambientais do Planeamento e Gestão das Grandes Barragens: o Caso da Lontra. Tese de Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para obtenção do grau de Mestre. Lisboa.

Pedroso N., Santos-Reis M. & Vasconcelos L. (2004). O Uso de Grandes Barragens pela Lontra no Alentejo. Revista Biol. (Lisboa) 22: 211-224.

Lobo-Ibérico *Canis lupus*

A Ficha de Caracterização Ecológica e de Gestão da espécie *Canis lupus* contempla, de forma geral, os aspectos relevantes para o delineamento de medidas práticas de acção a ser implementadas nos Sítios. No entanto, consideramos que existem alguns aspectos que devem ser enfatizados, dada a sua importância na prossecução dos objectivos de conservação da espécie inerentes à Rede Natura 2000, como descreve de seguida.

Na descrição das ameaças refere-se a implementação de grandes infra-estruturas, sendo mencionado como exemplo a construção de barragens e auto-estradas, mas não se refere a criação de Parques Eólicos. A questão da abertura de novos acessos, referida na listagem das ameaças que a espécie sofre está, inevitavelmente, associada a este tipo de empreendimentos. Os efeitos de perturbação da espécie e destruição do habitat que dela resultam exigem que o pedido de licenciamento destes parques seja alvo de análise rigorosa, nomeadamente através de procedimentos padronizados de avaliação não só da necessidade do empreendimento mas também da sua dimensão projectada. Consideramos, portanto, que o licenciamento dos Parque Eólicos deve ser discriminado e alvo de detalhe nas orientações de gestão constantes da ficha da espécie.

Por outro lado, a problemática do envenenamento dos animais, por ser causadora de mortalidade acrescida e considerável, merece atenção imediata. É imperativa a definição de medidas incisivas de combate a este tipo de perseguição humana, que devem portanto ser claramente enunciadas nas orientações de gestão. A referência ao “Programa Antídoto”, apesar da sua grande utilidade e efeitos positivos, é manifestamente insuficiente dado o âmbito geral do projecto e as especificidades da problemática no caso do lobo.

Como é inevitável, não podíamos deixar de enfatizar a necessidade de integrar todas as medidas conducentes à conservação da espécie num Plano Nacional para a Conservação do Lobo. A sua elaboração e implementação não pode continuar a ser protelada, dada a premência de inverter a tendência populacional de espécie e alterar o estatuto nacional de conservação da espécie. Por isso, e apesar de esta intenção estar descrita no texto da ficha, dado que esta é precisamente uma intenção já conhecida de há longa data, fica mais uma vez o apelo a que tal mecanismo veja finalmente a luz do dia.

Por último, pensamos ser pertinente uma reconsideração da inclusão da Serra da Lapa na Lista Nacional de Sítios. O potencial contributo desta área para o incremento do efectivo populacional da subpopulação lupina do Sul do Douro não pode ser menosprezado, dada a comprovação da adequação do habitat através de modelação ecológica e da confirmação da reprodução de três alcateias cujos territórios se sobrepõem à área proposta como Sítio pelo Grupo Lobo – Associação para a Conservação do Lobo e seu Ecosistema

Outras espécies

Não são apresentadas fichas de caracterização para as espécies Gato-bravo *Felis silvestris*, Toirão *Mustela putorius*, Marta *Martes martes* e Arminho *Mustela erminea*, o que nos parece uma lacuna grave face ao desconhecimento generalizado sobre as mesmas. Apesar destas espécies não constarem do Anexo BII da Directiva Habitats, tratam-se de espécies cujo estado de conservação é preocupante.

B. AVES

De uma forma geral, as fichas de caracterização da avifauna merecem uma **classificação muito negativa**, sendo de referir as seguintes apreciações de carácter geral:

1. Os **objectivos de conservação são apresentados de forma muito geral**. Os objectivos de conservação deveriam ter metas práticas, quantificáveis, recorrendo a indicadores (e.g. manutenção de uma população estável de ca. 1000 inds; aumento em 5% da população actual; ocupação de 30% da área histórica; crescimento para uma população mínima de 200 casais reprodutores)
2. Algumas **orientações de gestão são ambíguas**, não sendo explícita a sua implementação prática e justificação para a espécie em causa (ex.: ampliar as sanções legais para os prevaricadores em matéria de perseguição/abate de espécies protegidas; impedir a introdução de espécies não autóctones e controlar as existentes)
3. Não existe uma **definição da prioridade para as orientações de gestão**.
4. As orientações de gestão apresentam níveis de especificidade muito variados entre si.
5. **Não foi definida a calendarização, nem a definição temporal de aplicação** (imediata, médio prazo, longo prazo) das orientações de gestão.
6. Não foram definidas as **entidades responsáveis** pela implementação das orientações de gestão, nem os meios logísticos e financeiros de operacionalização.
7. Existe um contraste muito acentuado entre as diferentes fichas de espécies, quer a nível da informação científica de base, quer a nível de detalhe.

8. A **recolha bibliográfica e consulta de especialistas foi claramente insuficiente ou mesmo inexistente** para várias espécies, apesar de existir informação disponível relativamente às mesmas.

9. A maioria das fichas de espécies foram elaboradas de modo descuidado, apresentando uma **linguagem de má qualidade, sem qualquer rigor técnico e científico**, para além da inexistente **revisão ortográfica e gramatical**. Refira-se que no volume "Relatório", é feita referência, por inúmeras vezes, ao conhecimento técnico-científico como peça-chave para a determinação dos valores ecológicos de interesse conservacionista.

10. Foi realizada uma **cópia sistemática das ameaças e orientações de gestão** entre as diferentes fichas, sem a preocupação de as adaptar às particularidades de cada espécie.

11. Para além do exposto, o documento revela uma má apresentação gráfica.

No sentido de ilustrar a ausência de rigor técnico e científico das fichas de caracterização da avifauna, registam-se alguns exemplos:

- Falcão-peregrino

"Antes da postura, o casal dorme junto no penhasco escolhido para nidificar e durante a incubação o macho dorme noutra lugar."

"A sua presa de eleição, é o Pombo-da-rocha (*Columba livia*), que frequentemente constitui mais de 50% da dieta. Este facto deve-se não apenas à abundância de pombos, como ao facto destes constituírem uma refeição altamente energética e de dimensões óptimas para a caça e transporte em voo."

- Colhereiro

"Descansa em qualquer altura, mas como procura alimento à noite, fá-lo sobretudo durante o dia, muitas vezes sobre uma perna."

A ficha comenta a perturbação causada pelo turismo e desportos náuticos e não identifica a perturbação inferida pela actividade cinegética (causa confirmada de mortalidade no Sul de Portugal).

- Grou

Regista-se uma clara omissão de dados actuais (do CEAI e da LPN), que apesar de não se encontrarem publicados, o ICN tem conhecimento da sua existência; devendo nestes casos referir-se que a informação é proveniente de comunicação pessoal, como aliás acontece para muitas outras espécies.

- Águia-cobreira

No ponto "objectivos de conservação", a informação constante interroga se o objectivo é de "manter ou aumentar a população"; erro que se repete por outras espécies como por exemplo no Falcão-abelheiro.

Apesar do potencial interesse destas fichas de caracterização, as fichas relativas à avifauna apresentam-se com insuficiente qualidade para a necessária exigência técnica e científica do Plano em análise. Não sendo objectivo da consulta pública em vigor uma revisão técnico-científica da informação constante neste plano,

as associações recomendam que as fichas supracitadas sejam efectivamente avaliadas por técnicos e investigadores especialistas.

Apesar do exposto, apresenta-se em seguida alguns comentários relativos a algumas das fichas analisadas.

Abutre-preto *Aegypius monachus*

- Ausência de orientações de gestão para prevenção de incêndios nas ZPE importantes para a espécie (medida a integrar na gestão sustentável da floresta autóctone).

Águia-imperial *Aquila adalberti*

- Escassa incidência de orientações dirigidas à gestão dos habitats para as presas. A recuperação das populações de presas deverá ser acompanhada por intervenções no habitat que permitam a sua manutenção.

Águia-real *Aquila chrysaetos*

- Reforço desnecessário dos parques eólicos como factor de ameaça.
- Orientação de gestão “Impedir a introdução de espécies não autóctones e controlar as existentes” não justificada por qualquer factor de ameaça constante na ficha da espécie.

Águia de Bonelli *Hieraetus fasciatus*

- A informação técnica de caracterização da espécie apresenta algumas lacunas técnicas e informação pouco actual, nomeadamente nas estimativas populacionais e habitat.
- A falta de conhecimento é mencionada como uma ameaça, embora seja uma espécie cuja população se encontra bem estudada, sendo igualmente alvo de monitorização.
- Os limites das ZPE “Monchique” e “Caldeirão” deveriam ser ajustados à população de Águia de Bonelli existente nas serras do Sul.
- A orientação de gestão “criar ferramentas de decisão legal acerca da instalação de traçados eléctricos nas zonas importante para a espécie” deveria contemplar igualmente projectos de instalação de parques eólicos.
- Deveria ser proposto como orientação de gestão: *Introduzir condicionalismos temporais e espaciais de conservação da espécie nas actividades florestais nas áreas de nidificação arborícola: arborização e desmatação, extracção de madeiras e operações de gestão dos povoamentos industriais, em parceria com a administração florestal, associações de produtores florestais e empresas de celulose.*
- Dever-se-á incluir na rede de ZPE a região das serras e colinas da bacia do Mira com 4-5 casais (zona de expansão actual da população do Sudoeste serrano).
- A orientação de gestão “Recuperar, repovoar, manter e proceder ao acompanhamento sanitário de pombais nas áreas mais importantes para a conservação da espécie” deveria ser acompanhada por um *apoio à criação tradicional de pombos no meio rural.*

Bufo-real *Bubo bubo*

- A ameaça “falta de conhecimento” é pouco adequada, dado existir um volume razoável de informação sobre a espécie em Portugal, bem como alguns trabalhos em curso com dados, sobre biologia e ecologia.

Acresce o facto de existir bastante informação sobre a espécie em habitats semelhantes em Espanha que não foi igualmente considerada.

- Não foi consultada alguma informação existente para Portugal.
- Não foi considerada como ameaçada a **pilhagem de ninhos** (ovos e crias), que representa uma das principais causas de insucesso reprodutor da espécie em Portugal.
- Muita da informação constante é referente a países do centro e norte da Europa, não sendo por isso aplicável à região mediterrânica e a Portugal.

Coruja-das-torres *Tyto alba*

- Recolha bibliográfica insuficiente face à informação disponível. Utilização de demasiada bibliografia generalista referente sobretudo às populações do centro e norte da Europa (ex.: alimentação).
- Falta de informação sobre a população invernante de Coruja-das-torres em Portugal.
- Ficha contrastante com outras espécies, apresentando escassez de informação e detalhe.

Grifo *Gyps fulvus*

- Ausência de revisão técnica, nomeadamente “Outra informação relevante”, onde é mencionada a importância de criação das Áreas Protegidas do Douro e Tejo internacionais.

Grou *Grus grus*

- Ficha com bastante informação, sendo contrastante a qualidade com outras espécies de aves.
- Não utilização de informação actualizada sobre a população invernante e sobre a tendência populacional.

Milhafre-real *Milvus milvus*

- Não utilização de informação sobre a invernada da espécie no Sul de Portugal.
- Contraste no detalhe das ameaças, nomeadamente no ponto sobre parques eólicos (este ponto reflecte-se em diversas fichas de espécies de aves).
- Falta de detalhe no ponto “competição com outras rapinas florestais” e não justificação desta mesma como uma ameaça para a espécie.

Cortiçol-de-barriga-preta *Pterocles orientalis*

- Lacunas sobre a biologia da espécie, nomeadamente alimentação e uso do habitat.
- Ausência de referência a alguns trabalhos publicados sobre a espécie em Portugal.
- Orientação de gestão "Regular o uso de pesticidas e adoptar técnicas de pestes alternativas" não explicada. O uso de pestes alternativas não está justificado do ponto de vista ecológico e agrícola.

IV. REDE NATURA

A. SÍTIOS

As Fichas dos Sítios apresentam uma base de caracterização em termos de habitat, espécies de fauna e flora indispensável para a implementação de medidas de gestão, bem como os instrumentos de gestão territorial e a restante legislação aplicável. Reúnem assim, embora de uma forma simplificada, os diversos aspectos a ter em conta para o gestão do Sítio em causa, juntamente com os factores de ameaça e medidas de gestão a aplicar. No entanto, quer a cartografia de base quer a identificação dos valores naturais está muito incompleta em termos de pormenor e este facto condiciona as fichas em análise.

Estão definidas um conjunto de orientações de gestão mas genéricas, aplicáveis à maioria dos valores naturais e, por essa razão, a grande parte dos Sítios. É indispensável uma identificação mais concreta do estado de conservação dos valores naturais ao longo das áreas de distribuição bem como a sua representatividade em cada Sítio, bem como um maior grau de pormenor nas medidas de gestão.

Algumas das orientações de gestão indicadas nas fichas dos Sítios da Lista Nacional, e em várias fichas de habitats estão demasiado simplificadas. São insuficientes e pouco esclarecedoras sobre a medidas a tomar para se efectuar uma gestão adequada dos habitats presentes nos locais, sendo consequência da escassa bibliografia consultada para a elaboração das mesmas. Várias teses de mestrado e doutoramento, e outras obras de referência sobre e de apoio a estas temáticas poderiam ter sido consultadas e utilizadas como base na sua elaboração. Pretendendo este documento ser uma importante ferramenta de gestão e de apoio à conservação dos habitats e Sítios da Rede Natura, sugere-se o aumento e a melhoria da qualidade da informação sobre as orientações de gestão, para que se cumpra o seu objectivo.

De seguida são analisados alguns Sítios que interessam particularmente a ambas as Associações (CEAI e CARNIVORA) centradas em áreas de maior intervenção das mesmas, maioritariamente na região do Alentejo.

SÍTIO MONFURADO

Em termos faunísticos, é um Sítio que apresenta uma fauna muito rica e ecologicamente muito relevante. Trata-se de uma zona de grande importância para os quirópteros, sendo de salientar morcego-rato-grande (*Myotis myotis*) (criação e hibernação) e o morcego-de-ferradura-mourisco (*Rhinolophus mehelyi*) (hibernação). Contem várias colónias de rato de Cabrera (*Microtus cabrerae*). É ainda de salientar que é uma área com características de habitat adequadas ou susceptíveis de serem optimizadas de forma a promover a ocorrência de lince-ibérico (*Lynx pardinus*) ou permitir a sua reintrodução a médio/longo prazo, num programa integrado com os Sítios circundantes.

O Sítio de Monfurado é igualmente um Sítio com uma grande diversidade de habitats, apresentando um elevado de número de comunidades em bom estado de conservação. Os factores de ameaça estão correctamente identificados, e as orientações de gestão sugeridas são as adequadas para a sua manutenção. Deve-se no entanto referir que nas orientações específicas de gestão, no ponto “impedir

introdução de espécies não autóctones /controlar existentes” deverá ser incluído também o Habitat 91B0 – Freixiais termófilos de *Fraxinus angustifolia*, devido a substituição de *Fraxinus angustifolia* por espécies de crescimento rápido ser uma das causas de ameaça a este habitat.

É assim determinante que a gestão deste Sítio seja alvo de apertada eficácia e vigilância nas medidas de gestão a promover.

Os principais factores de ameaça estão correctamente identificados bem como as medidas de gestão propostas. No entanto, gostaríamos de fazer alguns comentários:

Gostaríamos de salientar que a medida **Regular uso de açudes e charcos** beneficia não só o cágado (*Mauremys leprosa*) mas igualmente a lontra (*Lutra lutra*). Promover a salvaguarda destes charcos da presença de gado é aliás uma das recomendações de um trabalho efectuado no Sítio de Monfurado (Basto, 2006). De igual forma, e de um modo geral, todas as medidas propostas para uma melhor protecção das áreas húmidas e que são dadas como positivas para o cágado, beneficiam igualmente a lontra (e.g. regular dragagens e extracção de inertes, ordenar actividades de recreio e lazer em áreas mais sensíveis, associadas às zonas húmidas).

Do mesmo modo, a medida **Controlar efectivos de animais assilvestrados** (cães e gatos assilvestrados, em áreas prioritárias) é uma protecção não só para o Lince-ibérico (*Lynx pardinus*), mas também para o gato-bravo (*Felis sylvestris*), espécie com ocorrência potencial na área, dada a problemática da hibridação com o gato doméstico/assilvestrado, aspecto este que deveria ser referido nesta importante medida.

Deve-se ainda referir que nas orientações específicas de gestão, no ponto **impedir introdução de espécies não autóctones /controlar existentes** deverá ser incluído também o Habitat 91B0– Freixiais termófilos de *Fraxinus angustifolia*, devido a substituição de *Fraxinus angustifolia* por espécies de crescimento rápido ser uma das causas de ameaça a este habitat.

Fontes:

Basto, M. 2006. *Utilização de sistemas lênticos de pequena-média dimensão pela lontra (Lutra lutra L., 1758) no Sítio de Monfurado*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Biologia da Conservação, Universidade de Évora, Évora.

SÍTIO GUADIANA

O Sítio corresponde à área do vale inferior do rio Guadiana e acompanha alguns dos seus principais afluentes a sul de Serpa, marginados por escarpas e matagais mediterrânicos em solos essencialmente derivados de xistos.

É um Sítio muito importante em termos de conservação, especialmente em termos de ictiofauna e invertebrados, e trata-se de um corredor com características de habitat adequadas ou susceptíveis de

serem optimizadas de forma a promover a ocorrência de linco-Íbérico (*Lynx pardinus*) ou permitir a sua reintrodução a médio/longo prazo, num programa integrado com os Sítios circundantes.

Os factores de ameaça especificamente para os **habitats** estão correctamente identificados, e as orientações de gestão sugeridas são as adequadas para a sua manutenção. Consistindo a grande maioria dos factores de ameaça, problemáticas relacionadas com a destruição e degradação do ecossistema rio Guadiana, é de salientar que a introdução de orientações dirigidas para os ecossistemas ribeirinhos é muito positiva.

No que diz respeito aos factores de ameaça identificados com influência na **fauna**, gostaríamos de salientar que não é referido a problemática da intrusão da água salgada, provocada pela ausência de caudal libertado pela barragem do Alqueva em certos períodos do ano, nomeadamente em período de estiagem. Este problema, que se tem verificado nos últimos Verões, vem juntamente com outros factores identificados no texto (e.g. baixo caudal na época de estiagem sobretudo nos afluentes do rio Guadiana; degradação da qualidade da água devido a poluição difusa; sobreutilização das linhas de água pelo gado; captação de água nos períodos secos), cria uma forte pressão com elevados índices de mortalidade na ictiofauna.

Considerando que o rio Guadiana e alguns dos seus afluentes constituem um corredor importante para as espécies terrestres e aquáticas, e que este é um dos poucos Sítios onde ocorre o saramugo (*Anaocypris hispanica*), a cumba (*Barbus comiza*) e a boga-do-Guadiana (*Chondrostoma willkomii*), bem como outras espécies como a boga-de-boca-arqueada (*Rutilus lemmingii*) e as espécies migradoras sável (*Alosa alosa*), savelha (*Alosa fallax*) e lampreia-marinha (*Petromyzon marinus*), este é um factor determinante para a conservação no Sítio.

A linha principal para a orientação da gestão do Sítio Guadiana, deve ser tal como referido, a conservação das margens das linhas de água, vegetação ripícola associada e das espécies que dependem do meio aquático, bem como uma adequada gestão de caudais. No entanto, e dada a importante comunidade de mamíferos carnívoros presente na área, especialmente na zona do Parque Natural do vale do Guadiana é igualmente importante acções de conservação/gestão direccionadas para esta comunidade, tais como a recuperação da população de presas (e.g. coelho-bravo), importante para outras espécies predadores (e.g. rapinas) e controlar efectivos de animais assilvestrados (cães e gatos assilvestrados) uma das medidas indicadas para a recuperação do Linco-Íbérico mas também determinantes para a população de Gato-bravo, bastante importante na zona do Parque. Seria aconselhável ainda que se especificasse algumas das medidas de gestão com maior detalhe, por estas poderem ser significativamente diferentes para o mesmo habitat.

SÍTIO ESTUÁRIO DO SADO

Na generalidade pensamos que os factores de ameaça estão razoavelmente bem descritos e que as orientações de gestão são adequadas embora seja preocupante a desactualização da informação constante na caracterização geral da área.

Não existe, por exemplo, qualquer referência na lista dos principais usos e ocupação do território a percentagem ocupada por pisciculturas. Mesmo que não cartografada e por isso com valores de área pouco precisos a existência neste estuário de uma grande percentagem das pisciculturas marinhas nacionais não pode ser ignorada (ver dados estatísticos de pesca INE e DGPA).

Chamamos também a atenção que na listagem das espécies dos anexos B-IV e B-V do Dec. Lei n.º 49/2005 de 24/02 não consta o morcego-rabudo: *Tadarida teniotis* que consta do anexo IV do referido anexo e que foi inventariada para a área (Espírito-Santo *et al* 2001).

Relativamente às espécies que são afectadas pelos outros “usos e actividades” consideramos que a lontra (*Lutra lutra*), pela sua dependência de fontes de água doce num habitat maioritariamente de águas salobras ou salgadas, deveria também ser incluída nas seguintes condicionantes: **condicionar drenagem e regular o uso de açudes e charcas.**

Consideramos ainda que para o cágado (*Mauremys leprosa*) também deveria ser sugerida como orientação específica a elaboração de um plano de gestão localizado visto que as zonas mais sensíveis para a espécie são várias vezes referidas nas condicionantes dos outros usos e actividades citar, por exemplo, os charcos temporários e as zonas de reprodução. A salvaguarda destas áreas seria seguramente mais eficaz se estas estivessem descritas e localizadas num plano de gestão específico.

Fontes:

DGPA & INE 2003. Estatísticas de pesca 2002.

Espírito-Santo, C.; Rosalino, L.M. & Santos-Reis, M. (2001) – *Mamíferos*. Pp. 332-363 in Estudo de Impacte Ambiental da marina e novo cais dos “ferries” do TróiaResort. IMOAREIA/IMAR, Relatório de Síntese e Anexos. 418 pp.

SÍTIO GUADIANA-JUROMENHA

O Sítio em análise é particularmente importante para a fauna piscícola e ribeirinha, sendo de salientar a cumba (*Barbus comiza*), a boga-de-boca-arqueada (*Rutilus lemmingii*) e a lontra (*Lutra lutra*), bem como para várias espécies de morcegos, em particular para uma colónia de criação de morcego-rato-grande (*Myotis myotis*), localizada na sua periferia.

Os factores de ameaça estão na sua maioria identificados, e as orientações de gestão sugeridas são as adequadas para a sua manutenção. A manutenção e a conservação da maior área possível de vegetação ripícola e das áreas contínuas é de grande importância no sítio Guadiana-Juromenha, por isso é de salientar que a introdução de orientações dirigidas para os ecossistemas ribeirinhos é muito positiva.

Sem dúvida que a implantação da barragem de Alqueva foi e continua a ser presentemente o principal factor de perturbação e ameaça para toda a comunidade de fauna e flora deste Sítio. Uma área enorme de vegetação e flora ripícola foi destruída por submersão. Com a cota máxima atingida, a área remanescente do Sítio corresponderá a cerca de um quinto do total.

Assim, o principal aspecto de gestão parece-nos ser a regulação da cota média da barragem de Alqueva, devendo esta ser o mais baixa possível tendo em conta as necessidades de água ainda não definidas claramente para as actividades que se prevêem para a área de influência de Alqueva, com principal destaque para o regadio. Assim, a definição de uma cota mais baixa que a de exploração máxima (152/150m) permitirá que boa parte da área deste Sítio seja poupada à submersão, com os evidentes benefícios para as comunidades de fauna e flora ligadas aos ambientes ripícolas.

De igual forma, não nos parece indicado que seja deixado para posterior decisão eventuais medidas de gestão a adoptar, tal como é sugerido para jusante nas áreas alagadas. Este facto pode ser particularmente perigoso em áreas que começam a ser sujeitas a fortes pressões turísticas, como é toda a área da barragem do Alqueva e particularmente neste Sítio Guadiana/Juromenha. Nesta área está previsto um aumento significativo da prática de actividades de recreio e lazer, nomeadamente para navegação, circulação de veículos todo-o-terreno e instalação de projectos turísticos. Assim, medidas concretas dirigidas para a recuperação da vegetação ribeirinha nas actuais margens devem ser aplicadas e previstas desde já, uma vez que com a implementação da barragem do Alqueva, a principal condicionante para muitas espécies de fauna é a diminuição drástica de habitats propícios à ocorrência das espécies, do qual se salienta a perda de enormes extensões de galerias e vegetação ripícola, determinantes para o refúgio, alimentação e reprodução de inúmeras espécies, muitas delas com elevado valor de conservação, como os quirópteros, mamíferos carnívoros e comunidades de aves ripícolas.

Uma das principais medidas de gestão deste Sítio prende-se com a melhoria da qualidade de água, quer através da manutenção de um caudal ecológico (apenas referido por uma vez no texto) quer através da carga orgânica, a montante do Sítio. Esta melhoria só é possível através do acordo com Espanha, dado que é deste país que dependem ambos os factores. Nunca este aspecto é mencionado no texto, o que é particularmente preocupante dado a conhecida má gestão da água que é feita a montante do Guadiana português.

Gostaríamos de salientar que a medida **Ordenar prática de desporto da natureza associados a cursos de água** beneficia não só a comunidade de peixes (*Barbus comiza*; *Chondrostoma polylepis*; *Rutilus alburnoides*; *Rutilus lemmingii*) mas igualmente a lontra (*Lutra lutra*).

Um dos aspectos que merece igualmente referência é a medida **Impedir introdução de espécies não autóctones /controlar existentes**. É proposto implementar programas de controlo e erradicação de espécies vegetais exóticas invasoras das margens das linhas de água e encostas adjacentes, promovendo a sua substituição por espécies autóctones. Acções que promovam a erradicação das espécies exóticas de ictiofauna são determinantes para minimizar o grupo de fauna que maior impacte teve com a implementação da barragem do Alqueva. No entanto, esta acção não faz sentido sem ser numa perspectiva mais integrada, ou seja, alargada a toda a área da referida albufeira, dada a grande capacidade de colonização e dispersão das espécies exóticas de peixes (e.g. achigã, perca-sol, carpa). Esta perspectiva deve ser promovida e defendida junto das entidades com responsabilidade na gestão da área de influência da barragem de Alqueva, nomeadamente o Instituto da Água e a EDIA, S.A.

É de referir ainda, e em termos de habitats, que seria aconselhável que se especificasse algumas das medidas de gestão mais em detalhe (e.g. “outros condicionamentos específicos a práticas agrícolas em áreas contínuas ao habitat”), por estas poderem ser significativamente diferentes para o mesmo habitat. Habitats que apresentem subtipos, podem requerer medidas de gestão diferentes consoante as características ecológicas das comunidades vegetais ou das características biofísicas da área a intervencionar.

SÍTIO S.MAMEDE

O sítio de S. Mamede apresenta uma grande diversidade de habitats, consistindo no limite sul de muitas espécies e comunidades vegetais de distribuição preferencialmente atlântica. Os factores de ameaça a estes **habitats** estão bem identificados, bem como as orientações de gestão propostas são as adequadas para a sua manutenção. No entanto, gostaríamos de fazer alguns comentários:

Para o habitat 9260 - Florestas de *Castanea sativa* deveriam ser indicadas mais medidas de gestão, já que só são referidas duas medidas muito gerais e pouco indicativas dos procedimentos a efectuar na sua gestão (adoptar práticas silvícolas específicas e incrementar sustentabilidade económica de actividades com interesse para a conservação), devido a serem diferentes o tipo de acções a implementar caso se trate de Castiçais abandonados (9260pt1) ou soutos antigos (9260pt2). Este habitat deverá também ser incluído nas orientações específicas, ponto “Silvicultura: reduzir risco de incêndio”, por constituírem bosques onde existe um adensamento elevado da vegetação e de acumulação de material inflamável, particularmente para o habitat 9260pt1.

Nas orientações específicas, ponto “impedir introdução de espécies não autóctones /controlar existentes” deverá ser incluído também o Habitat 91B0 – Freixiais termófilos de *Fraxinus angustifolia*, devido a substituição de *Fraxinus angustifolia* por espécies de crescimento rápido ser uma das causas de ameaça a este habitat.

Seria aconselhável que se especificasse algumas das medidas de gestão mais em detalhe (e.g. “outros condicionamentos específicos a práticas agrícolas em áreas contínuas ao habitat”), por estas poderem ser significativamente diferentes para o mesmo habitat. Habitats que apresentem subtipos, podem requerer medidas de gestão diferentes consoante as características ecológicas das comunidades vegetais ou das características biofísicas da área a intervencionar.

SÍTIO NISA-LAJE DE PRATA

No que diz respeito aos **habitats**, consideramos que os factores de ameaça estão correctamente identificados, e as orientações de gestão sugeridas são as adequadas para a sua manutenção. Gostaríamos de sugerir que as orientações de gestão dirigidas para a conservação dos **carvalhais** deverão também incluir o condicionamento da florestação com sobreiro em áreas potenciais de *Quercus pyrenaica*. A florestação com sobreiro em áreas de carvalhos, tem levado à destruição dos carvalhais existentes na região.

Mais uma vez seria aconselhável especificar com maior grau de detalhe algumas das medidas de gestão, dado estas poderem ser significativamente diferentes para o mesmo habitat. Habitats que apresentem subtipos, podem requerer medidas de gestão diferentes consoante as características ecológicas das comunidades vegetais diagnosticantes ou das características biofísicas da área a intervir.

SÍTIO MOURA-BARRANCOS

O desaparecimento de **corredores ecológicos**, fundamentais na dispersão de espécies entre áreas, implica o isolamento de indivíduos e populações, e como consequência futura a perda de diversidade genética global dos núcleos populacionais e um maior risco de extinção. Se a destruição e perturbação de habitats sensíveis, em termos de conservação, não forem evitadas e se não forem mantidos os corredores de conexão entre áreas favoráveis, a importância ecológica e de conservação do Sítio Moura-Barrancos para a manutenção de uma rica e diversificada comunidade de mamíferos carnívoros tenderá a reduzir-se, deixando bastante fragilizadas as populações de espécies ameaçadas e de conservação prioritária, como o gato-bravo *Felis silvestris* e o lince-ibérico *Lynx pardinus*.

Salientamos a importância de se definir e implementar medidas que conduzam à diminuição dos factores condicionantes à ocorrência de lince-ibérico e, principalmente aqueles que mais contribuíram para acentuada regressão das suas populações. Destes destacam-se a diminuição das populações de coelho-bravo e a destruição e fragmentação dos habitats favoráveis à sua ocorrência. O sucesso das medidas de conservação pressupõe a manutenção de áreas de tamanho suficiente para suportarem populações viáveis, tendo em conta os requisitos ecológicos das espécies de protecção prioritária, como o lince ibérico e o gato-bravo.

Apesar de o documento focar os factores de ameaça principais e as medidas de gestão a implementar, estas não são suportadas por critérios biofísicos rigorosos inseridos num plano de gestão/conservação pré-definido. Exemplo disso é a não inclusão de medidas contidas no plano de acção do lince-ibérico, que apesar de se encontrar em fase de aprovação, deveria ser considerado.

Nas intervenções nos **habitats** é fundamental a recuperação do contínuo ecológico, sendo de vital importância garantir a existência de vegetação ripícola bem conservada e não fragmentada. É de referir que as ribeiras da Toutalga, Murtigão, Ardila são elos fundamentais de conexão, no Sítio Moura-Barrancos, entre os vários tipos de habitats, podendo funcionar como corredores ecológicos para um vasto número de espécies. Por outro lado, ao longo das ribeiras acima referidas deverão existir zonas tampão (faixas de protecção) que permitam sustentar possíveis impactes sobre a vegetação ripícola, de que é exemplo a pastorícia intensiva e o seu acesso desordenado às linhas de água. Uma galeria ripícola bem conservada potencia um aumento da diversidade de presas, refúgios e locais de reprodução para a comunidade de mamíferos carnívoros.

As áreas de matos climax do complexo de serras Adiça-ficalho-Malpique-Preguiça deverão ser ligadas entre si, reduzindo assim os efeitos de fragmentação que estes habitats actualmente enfrentam. Uma medida

seria a criação de pequenas manchas de subcoberto arbustivo nas áreas de olival explorado, formando faixas de conexão entre áreas de matos clímax. A recuperação do subcoberto arbustivo é igualmente uma medida a implementar em algumas áreas de montado sem subcoberto, permitindo a sua regeneração natural, o aumento do número e diversidade de presas (micromamíferos e coelho-bravo), bem como de locais de refúgio para a restante comunidade de mamíferos.

Seria recomendável especificar com maior grau de detalhe algumas das medidas de gestão, dado estas poderem ser significativamente diferentes para o mesmo habitat. Habitats que apresentem subtipos, podem requerer medidas de gestão diferentes consoante as características ecológicas das comunidades vegetais ou das características biofísicas da área a intervencionar.

B. ZPEs

A informação respeitante a estas fichas está bem organizada e as componentes de caracterização globalmente completas, contrariamente ao que acontece com as fichas para a generalidade das espécies de aves. No entanto, há a notar alguns aspectos muito preocupantes, que comprometem as indispensáveis objectividade e operacionalidade, princípios essenciais para garantir a eficácia num plano sectorial desta natureza.

1. Por um lado, é demasiado frequente a ausência de informação relativa à distribuição de algumas espécies de avifauna consideradas no documento. Esta situação conduz à impossibilidade de avaliar espacialmente e de uma forma rigorosa as medidas de gestão e conservação propostas para cada uma das ZPEs.
2. Por outro, a continuação da não transposição dos critérios e considerações das IBAs para as ZPEs em análise, o que corresponderia a uma definição de limites mais rigorosos e ao planeamento de medidas de gestão e conservação mais adequadas.
3. A cartografia apresentada é um instrumento incipiente e de impossível utilização prática, ao contrário do que seria necessário.
4. Os períodos de revisão deste plano deveriam ser sincronizados com os futuros quadros comunitários, por forma a que as necessidades operacionais e orçamentais integrassem atempadamente as negociações dos governos de Portugal com a União Europeia nessa matéria.
5. As orientações sugeridas são muito vagas e deveriam ser escalonadas por diferentes graus de prioridade.

De seguida, registam-se as principais preocupações relativamente às fichas de caracterização das ZPEs.

ZPE Castro Verde

- Não está definida a zona do Azinhalinho, importante para a população de Grou *Grus grus*.
- Não foi abrangida a zona das Braciosas para o Cortiçol-de-barriga-preta *Pterocles orientalis*.
- Não foi considerada a zona do Monte do Gavião, local de ocorrência de imaturos de Águia de Bonelli *Hieraaetus fasciatus*.

ZPE Moura-Mourão-Barrancos

- Nas ameaças não foram considerados os habitats rupícolas e os matagais.
- A área de distribuição de Grou *Grus grus* está incompleta, particularmente na zona da Amareleja.
- A área de ocorrência de Águia-imperial-ibérica *Aquila adalberti* deveria abranger toda a ZPE.
- A orientação de gestão “controlo de predação” deverá necessariamente ser bem estudado e fundamentado. A execução caso seja justificada deverá estar a cargo de técnicos do ICN com formação específica.

ZPE Monchique

- Os limites desta ZPE não estão ajustados à população de Águia de Bonelli, sendo esta a espécie que levou à sua classificação.

ZPE Caldeirão

- Os limites desta ZPE não estão ajustados à população de Águia de Bonelli, sendo esta a espécie que levou à sua classificação.

CONCLUSÕES

O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 apresenta várias lacunas e insuficiências. Apesar de constituir uma grande passo para a definição da estratégia de conservação em Portugal e aplicação de medidas de acção, sendo como tal um instrumento fundamental e indispensável, é apresentado tardiamente, e com evidentes necessidades de melhoramento. Neste contexto, salientamos os seguintes aspectos:

1) É transversal a todo o documento as insuficiências em informação de base, sendo assim indispensável que um dos primeiros passos para uma correcta aplicação das medidas de gestão seja a recolha da informação em falta. Apesar de ainda escassa, a produção científica portuguesa já inclui diversos trabalhos científicos, devidamente publicados, teses de doutoramento e mestrado, versando a ecologia e conservação das espécies, os quais poderiam ter contribuído de uma forma positiva para uma melhor avaliação das situação nacional e conseqüente adequação das medidas aos requisitos ecológicos das populações das espécies existentes em Portugal;

2) Um aspecto que salta à vista é a ausência da calendarização de medidas mais concretas, muitas delas específicas para cada área ou espécie. É fundamental uma descrição das acções a aplicar a curto, médio e longo prazo, para que todas as entidades envolvidas na gestão da Rede Natura 2000, e principalmente o ICN, as possam executar com a eficácia desejada. Esta calendarização é também fundamental para garantir que os diversos mecanismos legais com influência na mesma (e.g. planos de ordenamento, planos municipais) tenham em consideração este instrumento de protecção e gestão.

3) Os custos inerentes à aplicação do Plano Sectorial não se encontram calculados ou estimados, nem garantidas as respectivas fontes de financiamento. Para além disso, é indispensável que o Estado Português assumira a sua quota parte de responsabilidade, prevendo verbas específicas e suficientes para a conservação dos valores naturais incluídos na Rede Natura 2000.

4) Apesar de considerarmos que muita da informação disponibilizada nomeadamente em algumas fichas (mamíferos e sitios) ser adequada, é inaceitável o deficiente rigor técnico-científico e a linguagem pouco cuidada que caracteriza parte significativa deste documento, nomeadamente nas fichas de caracterização da avifauna, facto que retira credibilidade ao Plano.

Pelo exposto, as Associações CEAI e CARNÍVORA, consideram que o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 em análise deverá ser reapreciado, revisto, completado e actualizado, devendo ser considerado como **inadequado e em desconformidade** com os objectivos e rigor exigíveis.